



O Senhor da Criação

Susanne Katherina Langer

Tradução: Clovis Salgado Gontijo Oliveira*

LANGER, Susanne Katherina. The Lord of Creation. *Fortune Magazine*, v. 30. P. 127-154. 1944.²

* Doutor em filosofia pela Universidad de Chile (UC). Professor adjunto na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). E-mail: clovisalgon@gmail.com. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1570270883461422>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8176-5990>.

² Susanne Katherina Knauth nasceu em 20 de dezembro de 1895, na cidade de Nova Iorque, de pais imigrantes alemães, que cultivavam forte apreço pela música e pela literatura. Tal herança familiar se fez notar, desde cedo, em Susanne, que, em sua infância e adolescência, interessou-se pelo estudo do piano, assim como pela escrita e pela ilustração de poemas e contos. Também revelou seu genuíno interesse pela filosofia ainda menina, quando leu, aos doze anos de idade, a *Critica da razão pura*, de Kant, no original alemão. Em 1916, ingressou, como aluna de Filosofia, no Radcliffe College, instituição de ensino superior destinada a moças da elite, cujo corpo docente era constituído por professores da Universidade de Harvard, numa época em que essa universidade atendia exclusivamente estudantes do gênero masculino. Paralelamente aos estudos acadêmicos, teve aulas de violoncelo, teoria e composição musical. Graduou-se em Filosofia em 1920, tendo como orientador o lógico Henry Sheffer, que exerceu importante influência sobre suas concepções de lógica e de forma. Casou-se, em 1921, com o historiador William L. Langer, cujo sobrenome adotou e conservou, mesmo após seu divórcio, em 1942. Seguiu seus estudos de pós-graduação no Radcliffe College, com a dissertação de mestrado *Eduard von Hartmann's Notion of Unconscious Mind and its Metaphysical Implication* (1924) e a tese de doutorado *A Logical Analysis of Meaning* (1926), esta sob a orientação de Alfred Whitehead. Tornou-se tutora de Filosofia no Radcliffe College, em 1927, e fundou, juntamente com C. I. Lewis, Alonzo Church, W. V. Quine, a Associação para Lógica Simbólica, em meados de 1930. Atuou, a partir de 1943, em cargos temporários como docente em diversas instituições de ensino nos EUA, até assumir o primeiro posto permanente num departamento de Filosofia (Connecticut College), em 1954. Recebeu o título de doutora honoris causa de diversas escolas e universidades, incluindo a Columbia University, e foi eleita, em 1960, para a Academia Americana de Artes e Ciências. Foi agraciada com dois fundos de pesquisa: o primeiro, da Fundação Rockefeller (1946-1950), que viabilizou a escrita de *Sentimento e forma* (1953), e o segundo, da Fundação Kaufmann (1957-1982), que, em sua terceira idade, permitiu-lhe desligar-se de modo definitivo da docência e dedicar-se com exclusividade à pesquisa e à preparação da trilogia *Mind: an Essay on Human Feeling* (1967, 1971 e 1982). Sua produção filosófica pode ser dividida em três fases: a primeira, que cobre as décadas de

Resumo: Neste artigo, publicado pela revista Fortune em 1944, a filósofa estadunidense Susanne K. Langer retoma temas fundamentais de sua obra mais célebre, *Filosofia em nova chave*, cuja primeira edição data de 1942. Em linguagem acessível destinada a público não especializado, a autora sintetiza sua concepção antropológica, visitando questões como a especificidade de nossa mentalidade; a distinção entre os signos e os símbolos, assim como entre as esferas do real e do possível; a transformação simbólica; a essência da linguagem; a relevância de formas articuladas não discursivas para a expressão e a cognição humanas; a conexão entre a razão e a loucura. Para além de uma mera síntese, Langer relaciona, de modo sagaz e oportuno, tais aspectos ao período de guerra no qual escreveu este artigo, ao observar, como sintoma da crise cultural de então, a perda de referências simbólicas e a substituição dos antigos símbolos (míticos e religiosos) por aquele do nacionalismo.

Palavras-chave: Expressão; Signo; Símbolo; Linguagem; Crise da Cultura

The Lord of Creation

Abstract: The American philosopher Susanne K. Langer reviews, in this article, published by Fortune Magazine in 1944, some fundamental themes of her most renowned work, *Philosophy in a New Key*, firstly edited in 1942. The author sums

1920 e 1930, focalizada na lógica e na epistemologia [*The Practice of Philosophy* (1930) e *An Introduction to Symbolic Logic* (1937)]; a segunda, que cobre as décadas de 1940 e 1950, focalizada na filosofia da ciência, da cultura e da arte, marcada por forte influência de Ernst Cassirer [*Filosofia em nova chave*: um estudo do simbolismo da razão, rito e arte (1942); *Sentimento e forma e Problems of Art* (1957)]; e a terceira, que abrange do início da década de 1960 ao início da década de 1980, dirigida à filosofia da mente, à questão do sentimento e à cognição incorporada, numa abordagem em rico diálogo com as ciências empíricas [*Ensaios filosóficos* (1961) e os três volumes de *Mind*]. Embora tenha se voltado a diferentes áreas de estudo, a autora destacou-se, sobretudo, por sua filosofia da arte, que despertou o interesse não só de teóricos, mas também de artistas. Seu livro mais conhecido, *Filosofia em nova chave*, no qual intuiu, a partir da música, uma possível significação para a arte em geral, obteve incomum sucesso para um título filosófico: estima-se que, somando todas as suas edições e traduções em dez idiomas, ele tenha vendido 560.000 exemplares. Fontes: CHAPLIN, Adrienne Dengerink. *The Philosophy of Susanne Langer: Embodied Meaning in Logic, Art and Feeling*. London: Bloomsbury Academic, 2020; DRYDEN, Donald. “Susanne K. Langer”. In: DEMATTEIS, Philip B. (ed.); McHENRY, Leemon B. (ed.). *Dictionary of Literary Biography*, v. 270: American Philosophers before 1950. Farmington Hills (Michigan): Gale Research, 2002. p. 189-199.

up her anthropological conception, through an accessible language intended to a general public, examining topics such as the specific trait of our mentality; the distinction between signs and symbols, as well as between the domains of the real and the possible; symbolic transformation; the essence of language; the importance of non-discursive articulate forms for human expression and cognition; the relationship between reason and lunacy. In addition to that synthesis, Langer relates those aspects, in an insightful and opportune way, to the war period when this article was written, observing, as a symptom of the cultural crisis of that time, the loss of symbolic references and the substitution of the old symbols (mythical and religious) for the one of nationalism.

Keywords: Expression; Sign; Symbol; Language; Crisis of Culture

El Señor de la Creación

Resumen: En este artículo, publicado por la revista Fortune en 1944, la filósofa estadounidense Susanne K. Langer reanuda temas fundamentales de su más célebre obra, *Nueva clave de la filosofía*, cuya primera edición data de 1942. Por medio de un lenguaje accesible destinado a un público no especializado, la autora sintetiza su concepción antropológica, examinando cuestiones como la especificidad de nuestra mentalidad; la distinción entre los signos y los símbolos, así como entre los campos de lo real y de lo posible; la transformación simbólica; la esencia del lenguaje; el importante rol de las formas articuladas no discursivas para la expresión y la cognición humanas; la conexión entre razón y locura. Más que una mera síntesis, Langer relaciona esos aspectos de modo agudo y oportuno, al período de guerra en el cual escribió este artículo, al observar, como síntoma de la crisis cultural de entonces, la pérdida de referencias simbólicas y la sustitución de los antiguos símbolos (míticos y religiosos) por aquel del nacionalismo.

Palabras clave: Expresión; Signo; Símbolo; Lenguaje; Crisis de la Cultura

O mundo está em chamas com os desastres globais causados pelo ser humano, chuvas artificiais de fogo e enxofre, terremotos programados, fome e inundações engenhosamente provocadas. O Senhor da Criação está se destruindo. Está derrubando as cidades que construiu, as obras de suas mãos, a riqueza de muitos milênios, em seu ímpeto de destruição, como uma

criança põe por terra o trabalho que construiu, sua conquista de todo um dia, num acesso de lágrimas e de fúria.

O que terá desagradado a criança real? O que ocasionou sua fúria de destruição do mundo?

O desconcerto provocado pelo fantástico jogo com o qual está brincando. Suas regras e seus símbolos, seus brinquedos divinos, tomaram posse do jogador. Isso porque esta guerra mundial não é a velha, dura e pessoal luta pelos meios de vida, *bellum omnium contra omnes*, perpetuamente travada pelos animais; esta é uma guerra de monstros. Não são os meros seres humanos, mas grandiosos gigantes suprapessoais, os estados nacionais, que se encontram em combate. Eles não odeiam, atacam nem lutam como o fazem criaturas físicas machucadas; eles se movem, pesada e inexoravelmente, por estratégia e necessidade, para a destruição mútua. O brinquedo dos estados nacionais chegou a essa crise, e os jogadores desesperados levam seus brinquedos animados e emborcados a um furioso suicídio.

Esses deuses Moloques, esses estados monstruosos, não são seres naturais; são obras do próprio ser humano, produtos do poder que o torna senhor sobre todos os demais seres vivos: sua mente. Eles não são terrestres, como o são as famílias e os rebanhos, as colmeias e as colônias, cujos membros se movem e lutam como se fossem um só por hábito e instinto até que uma perturbação física os separe e as partes separadas se reconstituam como novos grupos organizados. Os estados nacionais não são grupos físicos, mas, sim, símbolos sociais, profundos e terríveis.

São símbolos do novo modo de vida, que os últimos dois séculos nos legaram. Por milênios, o padrão da vida cotidiana – trabalhar, rezar, construir, lutar e educar novas gerações – repetiu-se com mudanças que ocorriam apenas lentamente e sem tocar em aspectos essenciais. Os símbolos sociais capazes de expressar esse tipo de vida eram antigos e familiares. Deuses tribais e santos locais, patriarcas, fidalgos ou senhores feudais, príncipes e bispos, elevados ao máximo poder nas pessoas dos imperadores e papas – todos esses eram expressões das necessidades, deveres e opiniões fundadas num modo de vida imemorial. O horizonte do

ser humano médio não era muito maior que seu vale, que sua cidade ou que quaisquer muralhas geográficas a delimitar sua comunidade. As áreas econômicas eram pequenas e os problemas essencialmente locais. Como se poderia esperar, os poderes que regiam o mundo eram, em sua concepção, locais, patriarcais e reverentemente familiares.

Então, de repente, em cerca de duzentos anos, e, em muitos lugares, em muito menos tempo que isso, todo o mundo se transformou. Comunidades de diferentes línguas, credos e fisionomias se mesclaram; não como outrora, em guerras de conquista, os senhores invasores e a população conquistada gradualmente vinham a misturar suas linhagens, mas por um novo processo de livre viagem e comércio, dominado pelos grandes centros de atividade que, promiscuamente, aproximam indivíduos de perto e de longe como um imã atrai limalhas de muitas pilhas a um contato próximo, mas bastante acidental. A tecnologia tornou os antigos horizontes sem sentido e as localidades indefinidas. Os bens e seus destinos passaram a determinar a estrutura das sociedades humanas. Este é um novo mundo, um mundo de pessoas, não de famílias e clãs, nem de paróquias e herdades. A ordem proletária não está fundada num lar nem em sua história. Ela não se expressa num dialeto, num costume local, num rito e num santo padroeiro. Ao se mesclarem, todas essas tradições se anularam mutuamente e desapareceram.

A maioria de nós sente que, desde que as antigas ideias reguladoras de fé e costume se dissiparam, a humanidade foi deixada sem qualquer tipo de sustentação. Nenhum dos antigos símbolos sociais se adequam a essa realidade moderna, a esse mundo encolhido e indiferenciado no qual levamos uma vida puramente econômica, secular, essencialmente sem-teto.

No entanto, a humanidade nunca está desprovida de seus símbolos sociais; quando os antigos morrem, novos já estão em processo de nascimento, e os novos deuses que desbancaram todos os credos são os estados nacionais. A concepção deles é mística e moral, pessoal e devocional; são invocados por nomes e emblemas, exigindo nossa constante profissão e prática da nova ortodoxia chamada “Patriotismo”.

O paradoxo da razão e da loucura

De todas as criaturas geradas, o ser humano é o único que não pode viver somente de pão. Vive tanto de símbolos quanto de relatos provenientes dos sentidos, num reino composto de coisas tangíveis e imagens virtuais, de eventos reais e presságios ameaçadores, sempre entre o fato e a ficção. Isso porque ele não vê somente coisas reais, mas significados. Possui, de fato, todos os impulsos e interesses da natureza animal: come, dorme, acasala-se, busca conforto e segurança, foge da dor, adoece e morre, assim como os gatos, os ursos, os peixes e as borboletas o fazem. Contudo, o ser humano também conta com algo mais em seu repertório: possui leis e religiões, teorias e dogmas, porque vive por meio não só dos sentidos, mas também dos símbolos. Esse é o especial trunfo de sua mente, que o torna o senhor da Terra e de todos os filhos da Terra.

Pela mediação dos símbolos – marcas, palavras, imagens mentais e ícones de todos os tipos –, ele é capaz de fixar suas ideias para a contemplação muito depois de suas causas originais terem desaparecido. Portanto, pode pensar em coisas que não são apresentadas ou mesmo sugeridas por seu ambiente concreto. Pela associação de símbolos em sua mente, combina coisas e eventos que nunca estiveram juntos no mundo real. Isso lhe dá o poder que chamamos de imaginação. Além disso, pode simbolizar apenas parte de uma ideia e deixar o resto se esvair da consciência; isso lhe dá a faculdade que tem sido seu orgulho ao longo dos tempos: o poder de abstração. O efeito combinado desses dois poderes é inestimável. São eles as raízes de seu talento supremo: o dom da razão.

Na guerra de cada um contra todos, que é o curso da natureza, o ser humano conta com uma injusta vantagem sobre seus irmãos animais, pois é capaz de ver o que ainda não está aí para ser visto, conhecer eventos que ocorreram antes de seu nascimento, apropriar-se de mais do que realmente come, matar a distância e, por um propósito racional, é capaz de escravizar outras criaturas para viverem e agirem para ele e não para elas mesmas.

Contudo, essa inteligência superior dá margem a estranhas aberrações. No reino animal, não há tamanha irrazoabilidade, tamanha loucura e ausência de praticidade como demonstradas pelo ser humano. Somente ele é acossado por medos imaginários, atormentado por fantasmas e demônios, atemorizado por meras imagens de coisas. Nenhuma outra criatura perde tempo em inúteis rituais ou constroem ninhos para espécimes mortos de sua raça. Os animais são sempre realistas. São dotados de inteligência em diferentes graus – as galinhas são estúpidas, enquanto dizem que os elefantes são muito inteligentes, – mas, brilhantes ou tolos, os animais reagem apenas à realidade. Podem ser enganados por meras impressões, pinturas ou reflexos, mas, uma vez que os conhecem como tais, perdem imediatamente o interesse por eles. A distância, a escuridão e o silêncio não são assustadores para eles, não estão preenchidos de vozes, formas ou presenças invisíveis. As ovelhas no pasto não parecem temer ovelhas fantasmas do outro lado da cerca, os ratos não procuram ratos duendes no relógio, pássaros não adoram um pássaro trovão.

No entanto, por mais estranho que pareça, os seres humanos o fazem. Pensam em todas essas coisas e se protegem contra elas, adorando animais e monstros antes mesmo de conceberem divindades à sua imagem. Os homens são essencialmente irrealistas. Com toda sua extraordinária inteligência, somente eles se engajam em ações patentemente destituídas de funções práticas – mágica, exorcismo e holocaustos – ritos que não têm conexão com métodos de autopreservação do senso comum, como aqueles empregados por um animal de grande inteligência. De fato, os ritos e os sacrifícios pelos quais o homem primitivo alega controlar a natureza são, algumas vezes, fatais para seus executantes. Os ritos indígenas praticados na puberdade são quase sempre intensamente dolorosos, e os nativos africanos algumas vezes chegaram a morrer durante ritos de iniciação a sociedades honorárias.

Geralmente supomos que tribos humanas muito primitivas estão mais próximas do estado animal que raças altamente civilizadas; contudo, em relação às atitudes práticas, isso não é verdade. Quanto mais primitiva for a mente humana, mais fantástica ela parece ser; somente com uma

grande disciplina intelectual nos aproximamos gradualmente à perspectiva realista dos animais inteligentes.

Todavia, a mente humana, tão obnubilada por fantasmas e superstições, é provavelmente a única mente na Terra capaz de alcançar uma consciência de coisas para além de seu ambiente prático, assim como de conceber noções como a verdade, a beleza, a justiça, a majestade, o espaço, o tempo e a criação.

O paradoxo da moralidade e da crueldade

Há outro paradoxo na relação do ser humano com as demais criaturas: a saber, aquelas mesmas qualidades por ele chamadas de animalescas – “brutal”, “bestial”, “desumano” – são particularmente suas qualidades próprias. Nenhum outro animal é tão deliberadamente cruel quanto o ser humano. Nenhuma outra criatura aprisiona intencionalmente seu semelhante ou inventa instrumentos especiais de tortura como ecúleos e anjinhos com o mero objetivo de castigar. Nenhum outro animal mantém os próprios irmãos em regime de escravidão; pelo que sabemos, os animais inferiores não cometem nada parecido com os atos de puro sadismo amplamente divulgados em nossos jornais. Não há tormento, maldade ou crueldade como um fim em si entre os animais, como há entre os seres humanos. Um gato brinca com sua presa, mas não conquista e tortura os gatos menores. No entanto, o ser humano, que conhece o bem e o mal, é cruel pela própria crueldade; aquele que tem uma lei moral é mais brutal que os brutos, que não possuem lei moral alguma; somente ele infringe o sofrimento em seus pares com intenção criminosa premeditada.

Se a mente humana é, de fato, uma forma mais elevada da mente animal e sua moralidade, uma forma especializada do instinto de rebanho, em que ponto, no curso da evolução, o ser humano perdeu o realismo de um animal inteligente e se tornou presa dos medos subjetivos? E por que ele haveria de sentir prazer em torturar os membros indefesos de sua raça?

O grande projetor

A resposta é, penso eu, que a mente humana não é uma evolução direta da mente animal, mas uma variante única e, portanto, teve uma meteórica e surpreendente carreira bem diferente de qualquer outra história animal. O traço que distingue a mentalidade humana de qualquer outra é sua preocupação com símbolos, com imagens e nomes que significam coisas, mais que com as próprias coisas. Esse traço pode ter sido outrora mera diversão da natureza. Algumas criaturas desenvolvem habilidades e interesses que parecem ser biologicamente irrelevantes. Um rato do gênero neotoma, por exemplo, e algumas aves da família dos corvos extraem um prazer caprichoso de objetos brilhantes e carregam consigo tais coisas para as quais, ao que tudo indica, não teriam uma finalidade utilitária. Talvez a tendência humana de ver certas coisas como imagens, de ouvir certos sons não só como sinais, mas como sonoridades expressivas, de se entusiasmar com as cores do crepúsculo ou com a luz das estrelas era, em sua origem, não mais que uma sensibilidade peculiar própria a um cérebro, sem dúvida, altamente desenvolvido. No entanto, qualquer que seja sua causa, o destino último desse traço foi decisivo, pois toda a atividade humana é baseada na apreciação e no uso de símbolos. A linguagem, a religião, a matemática, toda a aprendizagem, toda a ciência e a superstição, mesmo o certo e o errado, são produtos da expressão simbólica e não da experiência direta. Nossas palavras mais comuns, como “casa”, “vermelho” e “caminhando” são símbolos; as pirâmides do Egito e os misteriosos círculos de Stonehenge são símbolos; assim também são os domínios, impérios e universos astronômicos. Vivemos num mundo feito pela mente, no qual as coisas de primeira importância são imagens ou palavras que incorporam ideias, sentimentos e atitudes.

A mente do animal é como uma central telefônica: recebe estímulos do exterior por meio dos órgãos dos sentidos e envia respostas apropriadas aos nervos que governam os músculos, as glândulas e outras partes do corpo. O organismo está constantemente interagindo com seu meio ambiente,

recebendo mensagens e atuando no novo estado de circunstâncias cujo significado é derivado de tais mensagens.

Por outro lado, a mente humana não é apenas um simples transmissor como uma central telefônica. Aproxima-se mais a um grande projetor, pois, em lugar de servir simplesmente de mediação entre um evento no mundo exterior e uma resposta em forma de ação da criatura, ela transforma ou, se preferirmos, distorce o evento numa imagem a ser olhada, retida e contemplada. Isso porque as imagens das coisas de que nos lembramos não são transcrições exatas e fiéis nem sequer de nossas reais impressões sensoriais. São feitas tanto do que pensamos quanto do que vemos. Trata-se de um fato bastante conhecido que, quando perguntamos a várias pessoas o tamanho do disco lunar enquanto o observam, suas estimativas variam da área de uma moeda de dez centavos a de uma tampa de barril. Como uma lanterna mágica, a mente projeta as ideias das coisas na tela do que chamamos “memória”; mas, como todas as projeções, tais ideias são transformações de coisas reais. São, de fato, símbolos de realidade, não pedaços dela.

Signos e símbolos

Um símbolo não é o mesmo que um signo; esse é um fato com frequência desconsiderado pelos psicólogos e filósofos. Todos os animais inteligentes fazem uso de signos; assim, também nós o fazemos. Para eles, assim como para nós, os sons, os cheiros e os movimentos são signos de comida, de perigo, da presença de outros seres, de chuva ou de tempestade. Além disso, alguns animais não só atendem aos signos, mas os produzem em benefício de outros. Os cães latem à porta para que os deixem entrar; os coelhos batem com as patas para chamarem uns aos outros; o arrulho das pombas e o uivo de um lobo defendendo a presa abatida são signos inequívocos de sentimentos a serem reconhecidos por outras criaturas.

Usamos signos exatamente como os animais os usam, embora com uma elaboração consideravelmente maior. Paramos diante de luzes

vermelhas e seguimos diante de luzes verdes; atendemos chamadas e campainhas, espreitamos o céu em busca de iminentes tempestades, lemos a perturbação, a esperança ou a raiva nos olhares uns dos outros. Essa é a inteligência animal elevada ao nível humano. Todos aqueles que somos apaixonados por cães provavelmente teremos maravilhosas histórias que comprovam o altíssimo grau ao qual chegaram na escala de uma inteligente interpretação e uso de signos.

Um signo é qualquer coisa que anuncia a existência ou a iminência de algum evento, a presença de uma coisa ou de uma pessoa ou uma mudança num estado de circunstâncias. Há signos do clima, signos de perigos, signos de um bem ou de um mal futuro, signos do que foi o passado. Em cada caso, um signo está intimamente vinculado a algo a ser notado ou esperado na experiência. É sempre uma parte da situação à qual se refere, embora a referência possa ser remota no tempo e no espaço. Na medida em que somos levados a notar ou a esperar o evento significado, estamos usando corretamente um signo. Essa é a essência do comportamento racional, apresentado em diferentes graus pelos animais. É inteiramente realista, estando vinculado, de modo íntimo, ao curso objetivo real da história – aprendido por experiência, aproveitado ou anulado pela experiência futura.

Caso tivesse se restringido ao estreito e reto caminho do uso de signos, o homem seria como outros animais, talvez um pouco mais inteligente. Ele não falaria, mas grunharia, gesticularia e apontaria. Tornaria seus desejos conhecidos, emitiria alertas, talvez desenvolvesse um sistema social como aquele das abelhas e das formigas, com eficiência tão fantástica na atividade comunal que todos os homens teriam comida abundante, apartamentos aquecidos – todos exatamente iguais e perfeitamente convenientes – para viver, e todos poderiam se estender e se estenderiam ao sol ou junto ao fogo, segundo as exigências do tempo, sem falar, em pleno relaxamento, com todos os desejos satisfeitos, na maior parte de suas vidas. O jovem aprontaria brincadeiras e namoraria, o velho dormiria, a pessoa de meia-idade se ocuparia de seu trabalho rotineiro de modo quase inconsciente e comeria até se fartar. No entanto, essa seria a vida de um animal social, superinteligente, limitado exclusivamente ao uso de signos.

Para nós, humanos, não há nada de glorioso nisso. Desejamos ir a lugares e fazer coisas, possuir todos os tipos de artefatos de que não temos absolutamente nenhuma necessidade, e, quando nos sentamos para relaxar, queremos conversar. Direitos e propriedade, posição social, talentos especiais e virtudes e, sobretudo, todas as nossas ideias: é justamente para isso que vivemos. Saímos numa tangente que nos leva para longe do ciclo meramente biológico alcançado pelas gerações animais; e isso ocorre porque somos capazes de lidar não só com signos, mas também com símbolos.

Um símbolo difere do signo pelo fato de que não anuncia a presença do objeto, do ser, da condição e de outras coisas mais, que são seu significado, mas apenas traz tal coisa à mente. Não é um mero “signo substitutivo” ao qual reagimos como se fosse o próprio objeto. O fato é que nossa reação ao ouvir o nome de uma pessoa é bem diferente de nossa reação à presença da própria pessoa. Há certos raros casos em que o símbolo se identifica com seu significado: na experiência religiosa, por exemplo, a Hóstia não é somente um símbolo, mas uma Presença. Contudo, os símbolos no sentido habitual não são místicos. São semelhantes aos signos habituais, porém não nos chamam a atenção para algo que está necessariamente presente ou com o qual devemos fisicamente lidar – eles evocam apenas uma concepção daquilo que “significam”.

A diferença entre o signo e o símbolo é, em suma, que um signo nos faz pensar ou agir diante da coisa significada, enquanto um símbolo nos faz pensar sobre a coisa simbolizada. Aí repousa a grande importância do simbolismo para a vida humana, seu poder de tornar essa vida tão diferente de qualquer outra biografia animal a ponto de gerações de homens terem considerado inacreditável supor que sua origem fosse puramente zoológica. Um signo está sempre enraizado na realidade, num presente que emerge do passado real e se estira ao futuro. Por outro lado, um símbolo pode estar completamente divorciado da realidade. Pode referir ao que não é o caso, a uma mera ideia, uma invenção, um sonho. Serve, portanto, para libertar o pensamento dos estímulos imediatos de um mundo fisicamente presente; e essa liberação marca a diferença essencial entre as mentalidades humana e

não humana. Os animais pensam, mas pensam nas coisas e diante das coisas, enquanto os homens pensam primariamente sobre as coisas. As palavras, as pinturas e as imagens da memória são símbolos que podem ser combinados e variados em milhares de maneiras. O resultado é uma estrutura simbólica cujo significado é um complexo composto pelos respectivos significados de todos esses elementos, e tal caleidoscópio de ideias é um típico produto do cérebro humano que chamamos de “fluxo de pensamento”.

A necessidade de expressão simbólica

O processo de transformação de toda a experiência direta em imagens ou no supremo modo de expressão simbólica chamado linguagem tomou posse de modo tão inteiro da mente humana que deve ser compreendido não como um talento especial, mas como uma necessidade dominante, orgânica. Todas as nossas impressões sensoriais deixam seus rastros na nossa memória não só como signos que constituem nossas reações práticas no futuro, mas também como símbolos, imagens que representam nossas ideias das coisas; e a tendência para manipular ideias, para combiná-las e abstraí-las, misturá-las e estendê-las jogando com símbolos é a marcante característica do homem. Parece ser o que seu cérebro realiza de modo mais natural e espontâneo. Portanto, sua função primitiva mental não é julgar a realidade, mas sonhar seus desejos.

Sonhar é aparentemente uma função básica dos cérebros humanos, pois é livre e inconsútil como o nosso metabolismo, as batidas do coração e a respiração. É mais fácil sonhar que não sonhar, como é mais fácil respirar que conter a respiração. O caráter simbólico dos sonhos é razoavelmente bem estabelecido. A promoção dos símbolos nesse nível ineficaz e acrítico parece ser instintivo, a realização de uma necessidade elementar antes que o exercício intencional de um talento elevado e difícil.

O poder especial da mente humana encontra-se na evolução dessa atividade especial, não de qualquer desenvolvimento transcendentalmente superior da inteligência animal. Não somos imensuravelmente superiores

aos outros animais, somos diferentes. Temos uma necessidade biológica e, com ela, um dom biológico que eles não partilham.

Isso porque o ser humano não tem apenas a habilidade, mas a necessidade constante de conceber o que lhe aconteceu, o que o circunda, o que é exigido dele – em suma, de simbolizar a natureza, a si próprio, suas esperanças e seus medos – ele tem a necessidade constante e imperiosa de expressão. Aquilo que não pode expressar, não pode conceber; o que não pode conceber é caos e o preenche de terror.

Se temos em mente esse importantíssimo anseio de expressão, obtemos um novo quadro do comportamento humano; pois, desse traço, emergem seus poderes e sua fraqueza. O processo de transformação simbólica que todas as nossas experiências atravessam não é nada mais nada menos que o processo de concepção, que subjaz às faculdades humanas de abstração e imaginação.

Quando nos deparamos com uma situação estranha ou difícil, não podemos reagir diretamente, como outras criaturas, com luta, agressão ou qualquer desses simples padrões instintivos. Nossa reação como um todo depende de como logramos conceber a situação – se a moldamos numa forma dramática definida, se a vemos como um desastre, um desafio, o cumprimento de um destino ou um decreto da Vontade Divina. Em palavras ou imagens oníricas, em formas artísticas, religiosas ou mesmo céticas, devemos interpretar os eventos da vida. Há uma grande potencialidade na figura de linguagem, *I can make nothing of it* (“Não consigo fazer nada disso”), para expressar o fracasso em se compreender algo. O pensamento e a memória são processos de se fazer o conteúdo do pensamento e a imagem da memória: o padrão de nossas ideias é dado pelos símbolos por meio dos quais os expressamos. E, enquanto manipulamos esses símbolos, distorcemos inevitavelmente a experiência original, pois abstraímos certos traços dela, ornamentamos e reforçamos tais traços com outras ideias, até que a concepção por nós projetada na tela da memória se torne bastante diferente de qualquer coisa em nossa história real.

A concepção é um processo elementar e necessário, o que fazemos com nossas concepções é uma outra história. Essa é toda a história da cultura

humana – da inteligência e da moralidade, da loucura e da superstição, do ritual, da linguagem e das artes – todos os fenômenos que colocam o homem à parte e acima do restante do reino animal. Assim como toda a mente religiosa precisa fazer de toda a história humana um drama de pecado e salvação a fim de definir as próprias atitudes morais, um cientista luta com a mera apresentação dos “fatos” antes que possa raciocinar sobre eles. O processo de considerar fatos, valores, esperanças e medos subjaz a todo o nosso padrão de comportamento; e esse processo se reflete na evolução de um fenômeno extraordinário encontrado sempre, e somente, nas sociedades humanas: o fenômeno da linguagem.

A fronteira da linguagem¹

A linguagem é a conquista mais elevada e espantosa da mente humana simbolística. O poder que concede é quase inestimável, pois, sem ela, qualquer coisa chamada propriamente de “pensamento” é impossível. O nascimento da linguagem é o alvorecer da humanidade. A fronteira entre o

¹ É importante esclarecer que Langer utiliza o termo *language* para designar especificamente a linguagem verbal, sobretudo, em seu uso discursivo. Assim, o termo em inglês, que poderia ser traduzido para o português tanto como “linguagem” quanto como “língua”, refere-se, aqui, ao que, na linguística, costuma ser compreendido como “língua” (expressa e registrada pelas vias falada, escrita e tátil, como esclarece a autora neste tópico). A equivalência estabelecida entre *language* e a “linguagem discursiva” comprova-se no tópico “Formas articuladas”, quando Langer afirma a limitação dos “poderes verbais” e discursivos da “linguagem” (*language*) para a expressão de certos conteúdos, premissa fundamental de sua filosofia da arte. Diante de tal dupla possibilidade de tradução, optamos por traduzir *language* por “linguagem” (como o fez a edição brasileira de *Filosofia em nova chave*), subentendendo-se sempre a “linguagem discursiva”. A opção preterida (“língua”) revela-se problemática não só por não comportar tal qualificativo, mas também pela concepção langeriana da poesia, que, como manifestação sonora ou escrita, poderia ser colocada em oposição à “linguagem” (discursiva ou demonstrativa), mas não à “língua”.

homem e a fera – entre o símio mais elevado e o selvagem mais baixo – é a fronteira da linguagem. A dúvida de se o primitivo homem de Neandertal era antropoide ou humano depende menos de sua capacidade craniana, de sua postura ereta ou mesmo de seu uso de instrumentos e do fogo que de uma questão que, provavelmente, nunca seremos capazes de resolver: se ele falava ou não.

Em todos os traços físicos e respostas práticas, como as habilidades e os juízos visuais, podemos encontrar certa continuidade entre as mentalidades animal e humana. O uso de signos é uma função em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento ao longo de todo o reino animal, do verme inferior que encolhe em seu buraco ao som de um pé que se aproxima ao cão que obedece ao comando do dono, chegando, até mesmo, ao instruído cientista que observa os movimentos de uma agulha indicadora.

Tal continuidade do talento para o uso de signos levou os psicólogos a acreditarem que a linguagem evoluiu de expressões vocais, grunhidos, arrulhos e gritos, pelos quais os animais liberam seus sentimentos ou dão indicações a seus companheiros. Assim, julgaram que o ser humano teria aperfeiçoado esse tipo de comunicação a ponto de se tornar possível uma perfeita troca de ideias.

Não creio que tal doutrina acerca da origem da linguagem esteja correta. A essência da linguagem é simbólica, não sínica; nós a usamos primeiramente e de modo mais vital para formular e fixar ideias em nossas mentes. A concepção, não o controle social, é seu primeiro e mais importante benefício.

Observe uma criancinha que está começando a aprender a falar, enquanto brinca. Ela diz o nome do objeto, por exemplo: “Cavalinho! Cavalinho! Cavalinho!”, muitas vezes seguidas, fita o objeto, movimenta-o, dizendo sempre o nome para si ou para o mundo em geral. Leva um bom tempo até que comece a falar com alguém em particular; primeiramente, fala só para si. Esse é seu modo de formular e fixar a concepção do objeto em sua mente, e, ao redor de tal concepção, cresce todo o seu conhecimento. Os nomes são a essência da linguagem, pois o nome é o que abstrai a concepção de cavalo do cavalo em si, permitindo que a mera ideia se repita com a

menção ao nome. Destarte, a concepção recolhida da experiência de um cavalo pode ser novamente exemplificada por outro exemplo de cavalo, de modo que a noção incorporada no nome seja uma noção geral.

Com esse propósito, a criança usa a palavra bem antes de pedir o objeto. Quando deseja seu cavalinho, é mais provável que grite e se agite, porque está reagindo a um ambiente real e não formulando ideias. Usa a linguagem animal dos signos para seus desejos; falar é ainda um processo puramente simbólico – seu valor prático, até então, não a impressionou.

A linguagem não precisa ser vocal: pode ser puramente visual, como a linguagem escrita, ou mesmo tátil, como o sistema de fala dos surdos-mudos. Todavia, deve ser denotativa. Os sons, intencionais ou não intencionais, pelos quais os animais se comunicam não constituem uma linguagem, pois são signos, não nomes. Eles nunca se adequam num padrão orgânico, numa sintaxe significativa mesmo do nível mais rudimentar, como toda a linguagem parece fazer com um tipo de necessidade impulsionadora. Assim ocorre porque os signos se referem a situações reais, nas quais as coisas possuem óbvias relações umas com as outras, exigindo apenas ser notadas, enquanto os símbolos se referem a ideias, que não se encontram fisicamente à nossa frente para a inspeção, de modo que suas conexões e seus traços precisam ser representados. Isso concede a toda linguagem verdadeira uma tendência natural ao crescimento e ao desenvolvimento, que faz com que pareça ter quase uma vida própria. As linguagens não são inventadas, crescem com nossa necessidade de expressão.

Ao contrário, a “fala” animal nunca é dotada de uma estrutura. Trata-se meramente de uma resposta emocional. Os símios podem saudar sua ração de inhame com um grito de “Nga!” Contudo, não dirão “Nga” entre as refeições. Se pudessem falar sobre seu inhame em vez de simplesmente saudá-lo, seriam os seres humanos mais primitivos e não o mais antropoide dos animais. Teriam ideias e contariam uns aos outros coisas verdadeiras ou falsas, racionais ou irracionais; fariam planos, inventariam leis e cantariam seus louvores, como fazem os seres humanos.

Formas articuladas

A história da fala é a história de nossa linhagem humana. Contudo, o hábito de transformar a realidade em símbolos, de contemplar, combinar e distorcer símbolos excede os confins da linguagem. Todas as imagens são símbolos, que nos permitem pensar sobre as coisas que significam.

Essa é a fonte do grande interesse, por parte do ser humano, em “imagens gravadas” e em meras aparências como a face da lua ou os perfis humanos que vêem em pedras e árvores. Não há limite para os significados que o ser humano pode ler nos fenômenos naturais. Enquanto esse poder não se encontra disciplinado, a pura satisfação de encontrar significados em tudo, a elaboração de conceitos sem qualquer consideração pela verdade e pela utilidade parece correr solto. Assim, a superstição e o ritual em sua força prística atravessam o que alguns antropólogos denominaram de fase “vegetativa”, quando os símbolos oníricos, deuses, monstros e ritos se multiplicam como as luxuriantes massas vivas de vegetação numa selva. Desse turbilhão de formas simbólicas emergem as imagens que finalmente governam a civilização: os grandes símbolos da religião, da sociedade e da individualidade.

O que uma imagem “significa”? Qualquer coisa que pensemos que pareça. É somente porque podemos abstrair formas pouquíssimo óbvias da aparência real das coisas que vemos desenhos de linhas em duas dimensões como imagens de objetos coloridos e tridimensionais, que identificamos uma semelhança entre um mergulhador e uma constelação formada por sete estrelas ou encontramos um rosto num amor-perfeito. Qualquer círculo pode representar o Sol ou a Lua, enquanto um monólito vertical pode ser um homem.

Onde quer que imaginemos uma similaridade tendemos a ver algo representado. A primeira coisa que fazemos, ao vermos uma nova forma, é assimilá-la à nossa ideia de algo com o qual se parece, algo que nos é conhecido e dotado de relevância. Nossos conceitos mais elementares dizem respeito às nossas ações e aos membros e órgãos que os executam; as demais coisas são nomeadas em comparação com esses. A abertura da caverna é sua

boca; as ramificações de um rio, seus braços. A linguagem – e, com ela, todo o pensamento articulado – cresce por esse processo de metáfora inconsciente. Toda a nova ideia exige, com urgência, uma palavra; se nos falta um nome para ela, nós a chamamos pela primeira coisa nomeável que nos parece apresentar uma analogia, ainda que remota, com ela. Portanto, todo o vocabulário sutil e variegado da linguagem viva cresce de umas poucas raízes de aplicação bastante geral. Palavras de significados tão variados como “gentil”, “engenhoso” e “geral” derivam da mesma raiz “ge”, que significa “dar vida”.

Contudo, há concepções que a linguagem está constitutivamente inapta para expressar. A razão para tal limitação de nossos poderes verbais é assunto para os lógicos e não precisa nos preocupar aqui. O ponto de interesse para nós é que, assim como o pensamento racional e discursivo está atrelado à linguagem, a vida do sentimento, da consciência direta pessoal e social, a estabilidade emocional do ser humano e seu senso de orientação no mundo estão atrelados às imagens diretamente dadas a seus sentidos: fogo e água, barulho e silêncio, altas montanhas e cavernas profundas, a beleza efêmera das flores, o sorriso persistente de uma caveira. Parece haver irresistíveis paralelos entre as formas expressivas que encontramos na natureza e as formas de nossa vida interior. Desse modo, o uso da luz, por um lado, para representar tudo aquilo que é bom, alegre, reconfortante e o uso da escuridão, por outro, para expressar todos os tipos de sofrimento, desespero ou horror é algo tão primitivo a ponto de ser quase inconsciente.

Uma chama é uma alma, uma estrela é uma esperança, o silêncio do inverno é a morte. Todas essas imagens, que servem ao propósito do pensamento metafórico, são símbolos naturais. Não possuem significados convencionalmente atribuídos, como as palavras, mas se mostram recomendáveis até para a mente que não se encontra maculada pela instrução, como a de uma criança ou de um selvagem, porque são formas definitivamente articuladas, e a capacidade de ver algo expresso em tais formas é um talento humano universal. Não precisamos aprender a usar símbolos naturais; trata-se de uma de nossas atividades primitivas.

O fato de que as formas sensoriais de processos naturais são dotadas de uma significância além de si mesmas constitui a extensão de nosso simbolismo e, com ela, o horizonte de nossa consciência, mais ampla e profunda que a linguagem. Eis a fonte do ritual, da mitologia e da arte. O ritual é uma interpretação simbólica de certas atitudes emocionais, que se tornaram articuladas e fixas ao serem continuamente expressas. A mitologia é a imagem que o ser humano tem de seu mundo e de si no mundo. A arte é a exposição de sua história subjetiva, a vida do sentimento, o espírito humano em todas as suas aventuras.

Visão e loucura

No entanto, tal poder de visualização, oferecido pelo simbolismo natural, é um poder perigoso; pois os seres humanos podem visualizar coisas que não existem, criar mundos horríveis, tarefas insuportáveis, deuses e ancestrais monstruosos. A mente que pode ver o passado e o futuro, os polos e os antípodas, além de adivinhar obscuros mecanismos da natureza corre sempre o risco de ver o que não está à sua frente, imaginando causas falsas e fantásticas, procurando a morte em lugar da vida. Por ser capaz de brincar com ideias, o ser humano é não realista, inclina-se a desconsiderar a importantíssima interpretação de signos em favor de uma arrebatada contemplação de símbolos.

Cerca de vinte anos atrás, Ernst Cassirer estabeleceu uma teoria da mentalidade humana que obteve êxito na explicação dos caprichos das religiões selvagens e da presença inextirpável da superstição mesmo nas sociedades civilizadas: um símbolo, observou, é a incorporação (*embodiment*) de uma ideia; é, simultaneamente, um fato abstrato e físico. Quanto a seu grande valor emotivo, este repousa no conceito que transmite; é isso o que inspira nossa atitude reverente, a atenção e o assombro com os quais vemos tal símbolo. Contudo, o pensamento não instruído do ser humano sempre tende a se perder entre o símbolo e o fato. Uma caveira representa a morte, mas, para uma mente primitiva, a caveira é a morte. Tê-

la em casa não é desagradável, mas perigoso. Mesmo em sociedades civilizadas, os objetos simbólicos – figuras de santos, relíquias, crucifixos – são reverenciados por sua suposta eficácia. Seu verdadeiro poder é um poder de expressão, de incorporar e, portanto, revelar os grandes conceitos alcançados pela humanidade; tais conceitos são as forças supremas que alteram nosso estado da existência bruta à vida transcendente do espírito. No entanto, a mente do ser humano afeita a símbolos reverencia o significado não através da forma articulada, mas na forma de modo que a imagem parece ser o verdadeiro objeto de amor e temor, súplica e louvor.

Em virtude dessa identificação constante dos conceitos com suas expressões, nosso mundo está povoado de seres irreais. Algumas sociedades perceberam, de fato, que tais seres não pertencem à natureza e postularam um assim chamado “outro mundo” onde eles possuem sua existência normal e do qual alegadamente descendem ou emergem para nosso reino físico. Para os selvagens, trata-se principalmente de um mundo inferior que envia fantasmas; para os cultos mais avançados, é dos céus que os seres sobrenaturais, as corporificações das ideias humanas – de virtude, triunfo, imortalidade – descem para o reino mundano. Contudo, dessa fonte também emana um terrível domínio do mundo, com pesados mandamentos e sanções. Adorações estranhas e sacrifícios terríveis podem ser os dízimos exigidos pelos seres que incorporam o conhecimento característico à nossa natureza humana não animal.

Portanto, o dom do simbolismo, que é o dom da razão, é, ao mesmo tempo, a sede da peculiar fraqueza humana: o risco da loucura. Os animais enlouquecem com hidrofobia ou lesões na cabeça, aberrações puramente mentais, porém, são raras; os animais não estão geralmente sujeitos à insanidade, exceto por uma confusão de signos, como o “esgotamento nervoso” experimentalmente produzido em ratos. É o ser humano que ouve vozes e vê fantasmas no escuro, sente compulsões irracionais e sustenta ideias fixas. Todos esses fantasmas são formas simbólicas que adquiriram um falso estatuto factual. Já se disse corretamente que todos têm alguma faixa de insanidade; isto é, a ameaça da loucura é o preço da razão.

Conhecimento e tirania

Como podemos pensar em coisas tanto potenciais quanto reais, podemos ser retidos, num laço de caráter não físico, por leis, proibições, ordens e imagens de um poder governante. Isso faz dos seres humanos tiranos de seus semelhantes. Os animais controlam a ação uns dos outros por ameaças, rugidos, rosnados e investidas, mas quando o agressor está perambulando por outro lugar, o território previamente transitado por ele passa a estar livre de seu domínio. Controlamos nossos inferiores estabelecendo símbolos de nosso poder, e basta a mera ideia transmitida pelas palavras ou imagens para manter subjugados nossos pares, mesmo quando não podemos pôr as mãos neles. Não há bandeira onde um lobo é rei; ele é rei onde ronda como predador, enquanto aí estiver. No entanto, os seres humanos, que podem incorporar ideias e erguê-las à vista, oprimem uns aos outros por símbolos de poder.

As visualizações do bem e do mal, que tornam o ser humano um agente moral, também fazem dele um conscrito, um prisioneiro e um escravo. Seu problema constante é escapar das tiranias que criou. As sociedades primitivas são organizações quase inteiramente tirânicas, coercivas, reunidas por símbolos; enquanto os governos civilizados são variados esquemas conscientes para justificar, senão para disfarçar, o elo inevitável do ser humano com a lei e a consciência.

Os grandes símbolos

Paulatinamente, ao longo das eras e dos séculos, desenvolvemos um quadro do mundo em que vivemos; fizemos um drama da história da Terra e o aprimoramos com um panorama de um espaço divinamente ordenado, recoberto de estrelas. E toda essa estrutura de infinitade e eternidade contra a qual assistimos seja ao desfile de vida e de morte, seja a todo o melodrama

moral em si, nós a elaboramos por uma articulação gradual dessas vastas ideias em símbolos – símbolos do bem e do mal, do triunfo e do fracasso, do nascimento, da maturidade e da morte. Muito antes do começo de qualquer história conhecida, as pessoas viam nos corpos celestes, nos ciclos do dia e da noite ou das estações, assim como nas grandes feras, formas simbólicas capazes de expressar tais conceitos últimos que são a própria moldura da existência humana. Desse modo, deuses, destinos e as coortes do bem e do mal foram concebidos. Seus mitos foram as primeiras formulações de ideias cósmicas. Gradualmente, as figuras e as tradições religiosas emergiram; o ritual, a expressão manifesta de nossas atitudes mentais, tornou-se cada vez mais intimamente vinculado aos conceitos definidos e elaborados dos poderes criativos e destrutivos que parecem controlar nossas vidas.

Tais seres, histórias e ritos são sagrados porque constituem os grandes símbolos pelos quais a mente humana se orienta no mundo. Para uma criatura que vive movida pela razão, nada é mais terrível que o informe e o sem sentido; um de nossos medos primários é o medo do caos. E a luta contra o caos foi justamente o que produziu nossas imagens mais profundas e indispensáveis – os mitos de luz e escuridão, de criação e paixão, os símbolos da chama do altar, da estrela da manhã e da cruz.

Por milhares de anos, as pessoas viveram guiadas pelos símbolos que a natureza lhes apresentava. Um contato próximo com a Terra e suas estações, o conhecimento íntimo das estrelas e das marés permitiram-lhes sentir a significância dos fenômenos naturais e concedeu-lhes um senso de orientação poético e incontestável. Gerações de homens pios e eruditos elaboraram o quadro dos reinos temporal e espiritual nos quais cada indivíduo era uma alma peregrina.

Então ocorreu a mudança sem precedentes, o salto quase instantâneo da história da tradição imemorial do arado e da bigorna para a nova era da máquina, da fábrica e da impressão na fita de telégrafo. Muitas vezes, a mudança do trabalho manual à produção em massa, e, com ela, da poesia à ciência e da fé ao niilismo chegou a ocorrer em menos tempo que a duração de uma vida. Os velhos símbolos da natureza tornaram-se remotos e

perderam seus significados; no ruído das marchas e na confusão de aparelhos que povoam o novo mundo, não haverá quaisquer sentidos óbvios, ricos, nem sagrados pelos séculos vindouros. Todos os credos e ritos humanos acumulados se encontram, de repente, numa espécie de caldeirão de culturas. Não há comunidade fixa, nem dinastia, nem herança familiar – somente o único vasto mundo humano, com seus milhões e milhões de homens encarando-se ainda com hostil assombro.

Um animal saudável e inteligente deveria ter inventado, no curso de cerca de dez mil anos, algum modo óbvio e seguro de acomodar números ilimitados da própria espécie na face de uma Terra bastante espaçosa. A civilização moderna obteve as mais altas conquistas de conhecimento, habilidade, inventividade e teoria. Contudo, ao redor de todas as suas cidadelas, tragando-as e demolindo-as, assola a mais louca guerra e confusão, inspirada em símbolos e slogans tão turbulentos e irracionais quanto tudo o que o estágio “vegetativo” da vida selvagem poderia proporcionar. Como podemos reconciliar essa primitiva agitação própria a um pesadelo com as conquistas de nossa cultura elevada, racional e científica?

A resposta é que, penso eu, não estamos mais na posse de uma cultura definida e estabelecida. Vivemos num período entre uma era exaurida – a civilização europeia da raça branca – e uma era ainda por nascer, da qual, por enquanto, nada podemos dizer. Não sabemos quais raças herdarão a Terra. Não sabemos nem sequer o que os próximos poucos séculos podem trazer. Contudo, é bastante evidente que vivemos numa era de transição e, antes que muitas outras gerações tiverem passado, a humanidade fará um novo começo e construirá para si um mundo distinto. Se este será um “admirável mundo novo” ou se tudo começará novamente com um “estado de natureza” desprovido de história, como descrito por Thomas Hobbes, no qual a vida individual é “sórdida, brutal e curta”, simplesmente não podemos dizer. Tudo o que sabemos é que toda tradição, toda instituição, toda tribo está gradativamente se tornando desenraizada e perturbada, e que aguardamos entre os atos da peça, numa espécie de escuridão teatral.

Pelo fato de nos encontrarmos num novo início, nossa imaginação tende a um supercrescimento selvagem, “vegetativo”. As convulsões políticas de nossa época são marcadas, portanto, por uma verdadeira dança do diabo de ideologias místicas, vagamente concebidas, apaixonadamente declaradas, a oferecer esperanças fanáticas de redenção e de beatitude em massa. Os governos se combatem proclamando planos, metas sociais e empreendimentos sociais, exigindo sacrifícios de sangue em nome de conquistas sociais.

Novas concepções estão sempre revestidas numa forma metafórica extravagante, pois não há linguagem apta a expressar, de modo genuíno, novas ideias. E, em sua força prística, elas imbuem os símbolos que as expressam com o próprio mistério, poder e santidade. É impossível extrair, da presença física do próprio símbolo, o turbilhão de ideias incorporadas numa suástica, num signo secreto ou numa palavra invocatória. Desse ponto, resulta o caráter aparentemente sem sentido da adoração de símbolos e do misticismo que acompanham os novos movimentos e visões. Essa identificação entre a forma simbólica e o significado semi-articulado é a essência da elaboração de mitos. Naturalmente, o valor emotivo é incompreensível para qualquer um que não veja tais produtos da imaginação como formas expressivas. Assim, uma era marcada por novas concepções vigorosas e formulações incompletas sempre é recoberta por certo ar de loucura. No entanto, constitui, de fato, um período fecundo e estimulante na vida da razão. Assim é nossa época presente. Sua aparente desrazão corresponde a um tremendo desequilíbrio e impulsividade do espírito humano, a um conflito não só de desejos egoístas, mas de vastas ideias no estágio metafórico de germinação.

A mudança de uma vida comunitária fixa e de um antigo costume local para a massa de espécimes humanos sem pertença a uma linhagem, que atualmente constituem o mundo na nossa era industrial e comercial, foi muito súbita para a mente humana negociar. Alguma forma de vida de transição precisava mediar tais extremos. E, assim, o ídolo da nacionalidade emergiu dos escombros da organização tribal. O conceito de estado nacional é, de fato, o antigo conceito de tribo aplicado a milhões de pessoas, criaturas

diferentes e não relacionadas unidas sob a insígnia de um governo. Nem o nascimento, nem a linguagem, nem sequer a religião mantém tais massas juntas, mas um laço místico pode ser postulado mesmo em circunstâncias nas quais nenhum laço de raça, credo ou cor alguma vez existiu.

À primeira vista, parece estranho que o conceito de nacionalidade atingiria seu mais alto desenvolvimento exatamente quando todos os traços de origens nacionais – linguagem, vestimenta, fisionomia e religião – estão se confundindo e se apagando por nossa nova mobilidade e pelo tráfego das grandes cidades. Contudo, é precisamente a perda desses traços que inspira a busca faminta por algo como o velho padrão egocêntrico na irmandade vasta e sem forma de toda a Terra. Enquanto a produção em massa e a comunicação universal pressagiam uma cultura de cidadania mundial, apegamo-nos desesperadamente ao nosso nacionalismo, uma versão cada vez mais atenuada da antiga civilização composta por clãs. Lutamos guerras apaixonadas e terríveis pelos símbolos de nossas nações, fazemos da autoglorificação e da exclusividade uma virtude e inventamos antropologias para nos manter, pelo menos, teoricamente separados de outros homens.

O nacionalismo é uma transição entre uma antiga e uma nova ordem humana. No entanto, mesmo agora, não estamos, de fato, lutando uma guerra de nações: estamos lutando uma guerra de ficções, da qual uma nova visão da ordem da natureza emergirá algum dia. O futuro, por agora, permanece bem aberto – aberto e escuro, como o espaço interestelar. Contudo, nesse vazio, há espaço para novos deuses, novas culturas, agora misteriosos e desprovidos de nomes como uma criança que ainda não foi dada à luz.

Data de registro: 28/10/2022

Data de aceite: 01/02/2023